

A força da unidade

07-Out-2008

A dinâmica de luta dos últimos cinco anos tem sido em grande parte determinada pela política da maioria socialista iniciada em 1995. Prometendo um corte com uma década de governação PSD/Cavaco Silva, o PS gerou legítimas expectativas nos trabalhadores da Administração Local, mostrando-se disposto a resolver os seus problemas fundamentais segundo princípios e prazos fixados no Acordo de Janeiro de 1996.

Mas poucos meses bastaram para que a chamada política do «diálogo» fosse contestada por falta de resultados. Daí para cá, os trabalhadores mantiveram-se atentos e prontos a lutar - a única forma de obrigar o Governo a cumprir algumas das promessas.

Em Junho de 1996, três mil trabalhadores exigiram frente à AR o reinício das negociações entretanto interrompidas. O cumprimento do acordo, dos seus prazos, bem como a luta por aumentos salariais condignos estão presentes no plenário nacional de 15 de Outubro, em Lisboa, e dias depois, em 24 de Outubro, no plenário da Frente Comum que enche completamente o Coliseu dos Recreios.

O atraso nas negociações foi uma das grandes preocupações manifestadas no 3.º Congresso do STAL realizado nos dias 13 e 14 de Dezembro de 1996, em Tróia.

Em Janeiro de 1997, o plenário nacional do STAL convoca para 17 de Março uma greve na qual os restantes sindicatos da Frente Comum aderiram. Mais tarde o STAL convoca nova greve em 19 de Maio, desta vez realizada apenas na Administração Local.

Em 26 de Junho, após um plenário nacional do STAL e STML, realiza-se nova manifestação e, em 30 de Outubro, têm lugar desfiles de protesto em Lisboa, Porto e Coimbra promovidos conjuntamente pelos sindicatos da Frente Comum. O ano não terminaria sem que nova greve da Administração Pública se realizasse em 28 de Novembro.

Em 27 de Maio de 1998, mais de cinco mil trabalhadores do STAL e STML concentram-se no Terreiro do Paço e a luta endurece com a convocação de nova greve para 7 de Julho.

O processo de privatizações, em particular no domínio do abastecimento de água, leva o STAL a promover, em 15 de Outubro, a Conferência da Água que reúne para além de numerosos dirigentes sindicais, um conjunto de especialistas convidados.

Após o plenário nacional de 24 de Outubro, realiza-se, em 5 de Novembro, a Conferência de Organização e, no mesmo mês, (dia 25), milhares de trabalhadores vão a Lisboa manifestar-se contra a política do Governo.

Nesse mesmo dia, uma acção inédita nos Açores leva às ruas de Ponta Delgada cerca de 700 trabalhadores das

autarquias que reclamam a reposição da remuneração complementar. Esta reivindicação viria a ser satisfeita um ano mais tarde pela Assembleia Legislativa Regional, depois de várias iniciativas sindicais que tiveram como pontos altos as manifestações de 19 e 23 de Novembro de 1999, respectivamente em Ponta Delgada e Horta.

O ano de 1999 começa com um encontro sobre CCD's (Casas de Cultura, Desporto e Serviços Sociais), cujo financiamento estava a ser posto em causa em várias autarquias, o que motiva (em 17 de Fevereiro), a deslocação de mais de um milhar de trabalhadores à Assembleia da República. O Parlamento acaba por aprovar um diploma que resolve no imediato os problemas daquelas instituições de carácter social e cultural.

As questões reivindicativas mais gerais voltam a estar presentes numa grande manifestação, em 9 de Abril, que parte do Marquês de Pombal para S. Bento.

Com o início do ano 2000, a luta intensifica-se. Dez mil trabalhadores manifestam-se na capital em 27 de Janeiro e, a 18 de Fevereiro, a Administração Pública entra em greve, registando-se uma adesão nas autarquias que ronda os 80 por cento.

Em protesto contra a decisão da CM de Sintra de privatizar a recolha e tratamento de resíduos sólidos, os trabalhadores do sector iniciam uma greve de sete dias (de 2 a 10 de Março) que ficará marcada por várias ameaças e coacções por parte da autarquia e pela intervenção violenta da PSP e GNR. Por fim a unidade e determinação dos trabalhadores, que cumpriram nova greve entre 2 e 8 de Maio, obrigou a câmara a recuar e a constituir uma empresa municipal para gerir a recolha de resíduos em todo o concelho. Também as câmaras de Mafra, Braga, Setúbal, Matosinhos, Amadora e Covilhã entre outras recuaram nas suas intenções privatizadoras, dando razão à luta dos trabalhadores que souberam opor-se-lhes com determinação e firmeza.

À